

“De pequenino se torce o pepino” | Um Projeto de Educação para a Inclusão

O principal objetivo do projeto “*De pequenino se torce o pepino*” é trabalhar e desenvolver, em contexto de práticas pedagógicas, uma reflexão em torno da Educação para a Inclusão, desde a mais tenra idade. Assim, para alcançar o objetivo proposto, recebemos, em maio de 2018, uma sala heterogénea do Pré-Escolar do Centro Infantil Irene Lisboa e, mais tarde, em fevereiro de 2019, uma turma do 4º ano da Escola Básica EB1 Rossio de S. Brás. Com estas duas primeiras escolas desenvolveu-se uma atividade pedagógica que teve como ponto de partida a leitura, visualização, debate e a reflexão em torno do livro e curta-metragem, *Cuerdas* (GARCIA, 2016).

Sendo nós uma Biblioteca de ensino superior, sentimos a necessidade primordial de trabalhar as consciências, conjuntamente com a comunidade envolvente, para que possamos entender um quadro onde a deficiência seja encarada, desde cedo, com a naturalidade própria de quem procura resolver problemas, em vez de se esperar que estes sejam absorvidos pela *estranheza* de quem possa pensar e agir de modo diferente, objetivo primordial deste projeto.

Assim, procuramos promover, não apenas, uma maior visibilidade e alargamento do acesso à informação e conhecimento dos cidadãos com deficiência como, também, explorar e provocar a reflexão pedagógica conjunta, procurando, através da educação pela arte e através da educação pela cidadania, promover o saber crítico com sensibilidade, fortalecendo a criatividade, num espaço de aprendizagens onde as diferenças sejam valorizadas e as capacidades evidenciadas. Desta ressalva resulta uma terceira via, a de procurarmos potenciar trabalhos de continuidade, de onde possam nascer boas práticas pedagógicas, dentro e fora das salas de aulas das instituições de ensino que acolhemos no projeto, bem como no seio das próprias famílias e nas comunidades envolventes.

Este projeto resulta, assim, de um processo que se afirma como uma forma privilegiada de partilhar o *modus* como as crianças, jovens e adultos reagem ao mundo que os circunda, no que à Inclusão e à acessibilidade da Cultura, Informação e do Conhecimento respeita. No sentido de procurarmos prestar um serviço de qualidade na disponibilização da informação, e do conhecimento no espaço do CRI, procurando estimular uma maior autonomia e qualidade de integração na vida de todos os alunos com necessidades educativas, procuramos, igualmente, fazer convergir, neste espaço, projetos como este. Projetos que recuperem diferentes sinergias de cooperação ativa e democrática, entre a comunidade académica e entre a comunidade envolvente, nomeadamente, as escolas de ensino local.

Nesta perspetiva procuramos fomentar, paralelamente, uma maior consciencialização para o tema, de forma a procurar crescer e estimular, desde cedo, um maior sentido de justiça social e de justiça coletiva no saber viver em sociedade, valorizando e realçando, portanto, o respeito pela diversidade e pluralidade, numa aprendizagem que se acredita diferenciada e que resulta, precisamente, de comportamentos e características individuais e culturais que cada um de nós transporta em si e, diferentemente, num todo coletivo.

Através da atividade plástico-pedagógica a nossa grande premissa com este projeto é criar, precocemente, estímulos que potenciem a urgente discussão do *saber incluir*, educando, ou, se quisermos, do *saber educar*, incluindo.

Uma vez que numa conceção ampliada do termo, *educar para Incluir* é, na realidade, mais do que um ato educacional, que vai muito além daquilo que poderiam ser as balizas de uma boa

prática pedagógica, realizada dentro de um contexto acadêmico e/ou escolar, *educar para Incluir* é acima de tudo um ato social, pois instaura neste a possibilidade de práticas que se constituem através de uma atitude aberta e de acolhimento, e no âmbito de saberes transdisciplinares, que extravasam o espaço acadêmico e/ou escolar. (MANTOAN, 2006).

Ao verbo educar atribuiremos um predicado. Conhecimento. Este efetiva-se, porém, quando existe a oportunidade do mesmo se manifestar e materializar. Ou seja, quando, na realidade, se consagram as múltiplas possibilidades, resultantes do amplo leque de escolhas provenientes de múltiplos e diversos *saberes* e de múltiplos e diversos agentes sociais. Isto é, um conhecimento transversal a uma multidisciplinariedade. Fazendo parte de um todo, de um bem comum, todo e qualquer ato social decorre, na sua generalidade, da diversidade dos múltiplos *modus operandis* que atuam em sociedade, sendo que estes podem resultar no encontro de medidas que procuram colmatar e resolver as diferentes necessidades dos cidadãos com deficiência, mediante uma relação mais próxima junto dos mesmos.

Nesse sentido, importa ressaltar que o Conhecimento, no seu amplo significado, só é passível de ser determinante, quando (co)existem as contingências essenciais, que permitam, por sua vez, que essas mesmas possam (co)existir no domínio da ação e da expressão (ARENDR, 2001). Ou seja, sendo o Conhecimento decisivo e determinante na possibilidade de atuação em sociedade, este é, contudo, apenas consagrado quando se funde na adaptabilidade prática de todo um sistema teórico-legal. Por conseguinte é vital que o Conhecimento seja encarado num quadro de compreensão social, como um todo, e enquadrado num plano prático-legal que possibilite ao indivíduo, com diferentes necessidades educativas, participar, agir, e criar, assim, o seu leque de hipóteses, tornando-se no ator da sua própria construção de possibilidades.

Se podemos afirmar que para adquirir conhecimento nos seja, justamente, proporcional esse leque de possibilidades para conectar, aprender, transmitir, e comunicar entre os demais é, igualmente, legítimo afirmar que para fazer uso dessa conectividade e comunicabilidade é fundamental cruzar e ativar partilhas, através do escrutínio das diversas dinâmicas legais, mas também através de vínculos e sentimentos de pertença. Estas duas realidades, no seu conjunto, podem, ou não, dependendo de uma maior ou menor clarividência das legitimidades participativas, consagrar os direitos fundamentais dos cidadãos com deficiência. Isto porque, é através dessa mesma participatividade que a liberdade para agir se poderá auto-afirmar e auto-legitimar. «La raison d'être da política é a liberdade, e o seu domínio de expressão é a ação». (ARENDR, 2001).

Sabemos da história da humanidade que o Conhecimento e as suas diferentes áreas do Saber, assim, como a evolução das diversas ciências sociais (inclusive da ciência política) são, na sua essência, o produto de diversos atos e agentes sociais, e que estes estão, permanentemente, em profunda mutação. Num qualquer contexto sociocultural o conhecimento figura, assim, quer ao nível da aprendizagem, quer ao nível da evolução, regeneração e pluralidade participativa, quando aplicado de forma diferencial, e quando, fundamentalmente, lhe é permitido desdobrar-se e evoluir num ambiente de responsabilidade, autonomia e liberdade democrática para agir. Quando está subjacente uma ideia plural, legalmente assegurada e integrada, sob uma dimensão positiva e humana dos que nos diferem e/ou assemelham.

A ideia de algo que não se fragmenta e que pelo contrário une as margens num todo, recuperando as periferias, releva a importância de todo e qualquer ato social, aqui entendido enquanto agente de transmissão de conhecimento. Só assim poderemos partir, efetivamente, de um pressuposto de *educação para a inclusão*, levando às margens uma periferia sólida,

construída e com identidade. Tudo é possível e passível de se transformar e gerar transformação, logo tudo é possível e passível de gerar novas descobertas e novas aprendizagens.

Pelo potencial de transformação que a Cultura, a informação e o Conhecimento têm no indivíduo, estimulando neste pensamento e massa crítica empenhada, informada e não subjugada ao consumo do imediatismo, podemos realçar e evidenciar o quanto o velho e sábio ditado popular, “*de pequenino se torce o pepino*”, manifesta o sintético princípio de que é a partir de uma mudança que sistematize, desde cedo, os diversos conteúdos que vamos adquirindo ao longo de toda uma vida, que iremos no futuro, gradualmente e naturalmente, melhor acrescentar e integrar os demais que nos diferenciam e rodeiam.

Raymond Williams, um dos mais curiosos e interessantes intelectuais no campo da antropologia cultural do séc. XX, na sua emblemática obra, *Cultura e sociedade* (RAYMOND, 1969), explica-nos, precisamente, que as transformações semânticas existentes na própria palavra *Cultura* ao longo de dois séculos, advindo da relação entre os processos históricos e subsequentes mudanças sociais vigentes numa determinada realidade, marcaram e fizeram convergir e articular, grosso modo, todas as relações estabelecidas entre os demais em sociedade (no caso do estudo reconstitui historicamente os discursos sobre o significado de *cultura* presentes na tradição britânica entre 1780 e 1950). Seria importante e absolutamente central equacionarmos, neste sentido, as relações estabelecidas no social numa tentativa de procurarmos resolver e salvaguardar toda e qualquer mudança semântica no panorama da *inclusão*, a partir de uma mudança de *consciências* que decorra não, apenas, das teorias e compêndios legais que regulam e ditam a inclusão nas nossas sociedades, mas uma mudança de *consciências* a partir das relações provocadas pelas ações que todos nós formos, diariamente, construindo nos diversos setores que regem as sociedades. Ao procurarmos, como cidadãos, essa mudança no modo como nos relacionamos e interagimos, estaremos, em última instância, a projetar, a (re)formular, a (re)criar, e a (re)formatar as diversas formas de produção do pensamento cultural e de próprio ensino. A Cultura e o Conhecimento descortinam, assim, todos os processos de desenvolvimento humano, uma vez que se relacionam com o modo de vida, e sobretudo na sua essência, com as demais práticas de natureza social, política, económica, histórica, ambiental, intelectual e/ou artística que todos nós formos vivenciando, produzindo, e potencialmente crescendo ao longo de toda uma vida.

Assim, como no campo do consumo cultural, os sintomas práticos resultantes de uma predisposição, convivência e frequência habitual com a Arte (e subentende-se um mundo muito além dos museus e dos espetáculos de artes de palco, como, também, a literatura, a rua ou o jardim) desencadeiam, em pequenos e grandes, sintomas práticos e úteis ao desempenho da cidadania, pois estimulam no ser uma expressão humanista e criadora, com pensamento crítico e imaginação, mais abertos à empatia e à tolerância (KISIDA, 2014); também, os sintomas práticos resultantes de uma *revolução* que consciencialize, desde cedo, acerca das dificuldades existentes no panorama da inclusão, poderão suscitar uma maior determinação no modo como, no futuro, se desenvolverão boas práticas pedagógicas, daí decorrendo a tão expectável transformação inclusiva.

Por outro lado, se é verdade que *educar para incluir*, desde tenra idade, poderá parecer um fenómeno assertivamente natural e prosaico, já a sua compreensão requer perceber, também, o significado semântico da própria palavra exclusão. Pois para incluir é inevitável compreender, situarmo-nos dentro (de). Perceber o que significa estar, verdadeiramente, em exclusão. Pressupõe perceber que outros se encontram num estádio de afastamento, privados e

impedidos (de). E é, precisamente, num estágio de exclusão, no que ao acesso à cultura, à informação e conhecimento respeita que, apesar dos esforços, se encontram grande parte dos cidadãos com deficiência. Este sentimento de exclusão determina a ausência de possibilidades, sendo este o fator distintivo da (des)construção democrática, e de uma plena e efetiva cidadania e evolução das mentalidades, motor, genuinamente, vital para o desenvolvimento socioeconómico e humano das nossas populações.

Para que entendamos o que significa ser excluído é elementar, por outro lado, interpretar as frágeis fronteiras que estão, naturalmente, agregadas aos sentimentos de pertença e que nem sempre são visíveis, não se conseguindo interpretar, muitas vezes, a realidade à luz de quem sente. Uma identidade, quando coesa, poderá agilizar a forma como, conjuntamente, se age em sociedade, e daí subtrair mais e melhores resultados. Contudo, os sentimentos de pertença, dependendo das condições que cada cidadão com deficiência detiver e dependendo das condições que as sociedades projetarem na vasta rede de possibilidades, podem, ou não, produzir essa condição maior: a possibilidade de agir, para um dia vir a *Ser*. O que quer que isso signifique, acreditamos, porém, que através de relações de afeto se consiga recentrar o possível encontro da igualdade de oportunidades, e se possa recuperar esse benefício maior: Resgatar do campo das (im)possibilidades, a possibilidade de poder vir a *Ser*, para continuar a participar e, assim, melhor intervir no seu próprio destino. No fundo é esse o ensejo que todos nós procuramos. Procurar tomar o futuro nas nossas mãos.

Porém, nas sociedades de massa *Mainstream* que habitamos, e não apenas no panorama da inclusão, sobressaía uma ofuscante alienação e uma apatia geral no que à participação efetiva se refere. Reproduzem-se, em determinadas realidades, sociedades menos atentas à produção do conhecimento, de onde sobressaía, muitas vezes, uma incapacidade de cooperação ativa com questionamento saudável, que permita gerar novas aprendizagens e transformação. Maior participação, maior conhecimento, maior conhecimento, maior participação e conhecimento produzido. Para tal a comunicabilidade gerada através de vínculos, e estabelecida ao longo de toda uma vida, através do discurso oral, e através da palavra escrita, e manifestada através de modelos de natureza artística, económica, política, histórica, social, ambientalista, e/ou intervencionista, gera e incentiva no *Ser*, nas sociedades, noções de identidade e sentimentos de pertença, que potenciam a diversidade, e que abrem as portas a uma maior determinação para o fim da segregação a que estão sujeitos os cidadãos com deficiência e, *quicá*, a uma maior determinação ao nível das intervenções resolutivas.

Por tal razão, e tomando como ponto de partida o reconhecimento de uma situação de extrema desigualdade, o projeto que iniciamos no espaço do CRI, e do qual nos propomos continuar a trabalhar, visará, em primeiro lugar, esse mesmo reconhecimento. O reconhecimento de que a igualdade de direitos no acesso à cultura, à informação e ao conhecimento, assenta, precisamente, numa brutal desigualdade de oportunidades.

Sendo do jorro coletivo do encontro, da partilha e da cooperação que as palavras, tomadas pelo gesto, poderão fazer algum sentido, pois que "(...) não é a palavra, mas o gesto que cria o mundo", (MATOS, A. C. de, VARELA, R., 2016), tomamos como ponto de partida deste projeto a história de um grandioso gesto. A história do livro e curta-metragem, *Cuerdas*, do autor Pedro Solis Garcia, que nos conta o poderoso gesto de uma menina de 9 anos que vê ser integrado, na sala de aulas da escola que frequenta, um menino com paralisia cerebral que vive dependente de uma cadeira de rodas. A história baseia-se nas descobertas que esta menina irá aprofundar e desbravar com o seu novo colega, a partir do momento em que este se torna no seu melhor amigo, quer no recreio quer na sala de aulas. A história que dá nome ao livro e curta-metragem

Cuerdas foi, inclusive, agraciada com o Prémio Goya na qualidade de melhor curta-metragem de animação em 2014, em Espanha, e tem, precisamente, como referência simbólica, as cordas que a menina, genuinamente, adaptou e envolveu no pulso do seu amigo para que este sentisse mais de perto e, através de movimentos, todas as brincadeiras que ela, descontraída e alegremente, ia propondo ao colega que não falava, que não se movimentava, mas que pensava como ela. Após sentir e perceber que, apesar da ausência dos movimentos, o colega pensava como ela, esta pensou com ele. E pensando, pensou na melhor forma de o integrar e de o incluir através de umas cordas que, ao contrário de o aprisionarem, o libertaram para o mundo da ousadia e das descobertas. Anos mais tarde, quando esta se torna adulta, acaba por ir lecionar na mesma escola que frequentou enquanto criança, lembrando-se da amizade que ali cresceu com o seu amigo, continuando a usar a pequenina corda no seu pulso, numa forma de lembrança da amizade que percebeu, construiu e nunca esqueceu.

Logo após a visualização da curta-metragem, e num momento de reflexão conjunta com os meninos, as palavras tomaram, assim, a dianteira dos grandes gestos e o tema fez sobressair tantos outros conceitos quantos os que cada um procurou explicar pelas suas próprias palavras. Foram estas, as suas palavras, que deram o tom, a cor e a forma a conceitos que nos permitem, hoje, acreditar e desenvolver múltiplas e possíveis respostas de (re)construção, na perspetiva de um amanhã mais justo, mais consciente e, humanamente, mais inclusivo.

A História da humanidade tem-nos demonstrado que sem compreendermos o presente, sem compreendermos a realidade, a política, as leis, a tática ou a estratégia de um conjunto de ideias e pensamentos; sem compreendermos, no fundo, todo esse conjunto de palavras e conceitos, todo o gesto perde o seu fluxo. A tarefa da reconstrução é um processo permanente de interpretação/ação que fortalece as realidades, sempre que estas são orientadas por uma franca inteligência emocional, e fundamentadas sob a égide da pertença-respeito-liberdade e igualdade de oportunidades, aliando o pensamento à interação. Pois é no reconhecimento da forma e do conteúdo dessa (inter)ação, que os ritmos cuidados das conquistas e das construções poderão, em harmonia, equilibrar organicamente recursos e, assim, (re)produzir valor, afetos e sabedoria.

E foi num ambiente de afetos que recebemos a nossa primeira escola convidada, o Centro Infantil Irene Lisboa, com o grupo de meninos do pré-escolar de uma sala heterógena, entre os 3 e os 6 anos, da Educadora M^a Conceição Canivete. Meses mais tarde, recebemos a segunda escola, a Escola Básica EB1 do Rossio de S. Brás, com o 4^oA ano da sala da Professora Titular, M^a Guilhermina Miranda, em parceria com a Professora de Expressão Plástica, Patrícia Lucas Antunes. Foram curtos os minutos no espaço do CRI, mas entusiasmantes, pois daqui nasceram trabalhos *além-escola*. O partilhar com os meninos e suas educadoras momentos tão criativos quanto nevrálgicos são, na realidade, apenas uma ínfima parte da gradual consciencialização que se prolonga vida fora. Sendo dos afetos e dos sentimentos, aliando à observação, à pesquisa e à reflexão, que toda a curiosidade nasce é, precisamente, no centro deste enérgico fulgor que a criação nos acaba por empurrar bem para o meio das contrariedades. E aí te molda. Aí te cresce. E te matura.

Nesta abordagem de descobertas e aprendizagens, os meninos do pré-escolar e do 1^o ciclo desenvolveram, em contexto de prática pedagógica, uma oficina criativa, a partir de um equipamento que dispomos na sala, uma máquina de escrever em Braille. A partir do código Braille, distribuído a cada menino, cada um reproduziu o seu nome em braille, esquematizando e matizando de cores os significados cognitivos acerca de tudo o que viu e ouviu. Cada um acabou por reproduzir a sua própria reflexão e exploração plástica, ilustrativa do tema da

inclusão, tendo sempre em linha de conta a história narrada no livro e curta-metragem, *Cuerdas* do autor Pedro Solis Garcia. A partir desta, desdobraram-se e desconstruíram-se algumas dúvidas, e (in)certezas. Todas as histórias foram, assim, inspiradas e desenvolvidas a partir deste livro e curta-metragem, sendo que os trabalhos que daqui decorreram resultaram de três momentos diferentes, colocados em prática em diferentes contextos pedagógicos.

Num primeiro momento os meninos foram recebidos nos claustros da Universidade de Évora e no espaço do CRI. Aqui, partimos do livro para a visualização da curta e, sob o pano de fundo já referido, traçámos um debate, elevando as reflexões surgidas no grupo e potenciando um interessante e curioso manifesto conjunto de ideias e de conceitos que retrataram o tema da inclusão, ilustrando, deste modo, as narrativas depois criadas, sob dois diferentes formatos artísticos: escrita criativa e ilustração.

Num segundo momento, e já em contexto de sala de aula, o tema foi novamente debatido, desenvolvido e desconstruído, no caso do 4ºA ano da Escola Básica EB1 do Rossio de Brás, com a Professora Titular, M^a Guilhermina Miranda, e, no caso do pré-Escolar do Centro Infantil Irene Lisboa, com a Educadora M^a Conceição Canivete. A partir daí, cada menino criou a sua reflexão e o seu texto, sob a forma de escrita criativa, em diferentes formatos, uns em forma de palavras, frases, prosa, outros em forma de poema e outros, ainda, em formato de abecedário ou acróstico. Em conjunto, os meninos conseguiram encontrar novos significados para diversas palavras, inclusive para a própria palavra que dá nome ao título do livro e curta-metragem que visualizaram: *Cuerdas* (Cordas, em português). No senso comum, esta significaria o amarrar ou o aprisionar. Contudo, aqui, nas nossas histórias, as cordas ganharam um novo significado e dimensão, o de liberdade, da criatividade, da sensibilidade, da entreaajuda, da união, do sonho e do saber brincar com sabedoria. Os meninos perceberam que, quando se partilha o respeito e sensibilidade mútua, as dificuldades são, apenas, uma questão de criatividade e o mote para se descobrir as desvantagens existentes na vida e, assim, as (re)inventar com novas e mais eficientes soluções.

Num terceiro momento, com a Educadora do pré-escolar e, no caso da Escola Básica EB1 do Rossio de S. Brás, com a Professora de Expressão Plástica, Patrícia Lucas Antunes, os meninos desenvolveram um trabalho de expressão plástica, com diferentes materiais e com diferentes leituras, realizando, assim, a ilustração dos seus próprios textos e reflexões, ilustrativas das múltiplas possíveis narrativas. Narrativas que nos permitem olhar, hoje, com os olhos da urgência inclusiva e que nos motivam e nos impelem a trabalhar mais.

Os trabalhos dos meninos, que compõem o presente livro de *educação para a inclusão*, serão também, temporariamente expostos no corredor de acesso à Sala das Bellas Artes da Biblioteca Geral UÉ.

Importa salientar, que o modo como se estabelece a reflexão sobre o tema da inclusão, com crianças entre os 3 e os 10 anos, tem a grande motivação e mais-valia de que é possível evidenciar noções e capacidades de tolerância e adaptação acerca do que se viu e ouviu, uma vez que estas são trabalhadas, conjuntamente, no sentido de serem *transportadas*, posteriormente, para uma dimensão de valores que permitem o cruzamento com outros conceitos mais amplos. Isto, porque, numa primeira abordagem ao tema surgiram as primeiras noções e significados, tais como a partilha, o respeito, a equidade, a empatia, a diversidade, a tolerância e a entreaajuda. Valores que, pela força da prática, nos moldam socialmente e nos permitiram, posteriormente, trabalhar conceitos e significados sistémicos, que são absolutamente necessários desmistificar, uma vez que, através destes, se organiza e estrutura

toda uma sociedade constituída pela diversidade. Conceitos como a deficiência, a apatia, a paralisia, formas de comunicação como a linguagem braille e gestual, a capacidade ou a incapacidade, a mobilidade, a acessibilidade ou a inacessibilidade, no que à Arquitetura diz respeito, o direito, e até mesmo conceitos como a justiça, a injustiça, a assistência, a autonomia e a democracia acabam por ser abrangidos e debatidos com grande naturalidade, própria de quem é criança. Próprio de quem não formatou, ainda, (pré) conceitos, os mesmos que, apesar dos esforços das legislação portuguesa vigente, no âmbito do quadro jurídico do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), subscrito em Assembleia da República, em outubro de 2018, pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo CDS-PP, pelo PCP, pelo PEV e pelo PAN; ainda, subsistem na nossa sociedade (LUSA, 2018).

Quer nas escolas de ensino regular, quer nas escolas de ensino superior, quer um pouco por todos serviços e sectores das sociedades que, hoje, habitamos, procura-se, através da legislação, promover um melhor enquadramento legal, com melhores soluções de forma a salvaguardar trabalhos de continuidade, ajustando, assim, às necessidades de cada cidadão com deficiência a sua realidade específica. Caso disso é o trabalho, na área das acessibilidades, da nossa Academia, que tem vindo a implementar na própria estrutura arquitetónica sinaléticas em braille, elevadores e rampas de mobilidade. Contudo, todo esse trabalho, se isolado não basta, se não for acompanhado de proximidade e relações de afeto. Por tal razão o universo da Inclusão, refletido neste projeto, continuará a servir o seu grande propósito. Empenho e resiliência para e com a sociedade, partilhar *consciências* para incluir, incluindo mais escolas que, entretanto, num futuro próximo, iremos continuar a receber e a acolher.

Esperamos, assim, num futuro próximo, contribuir por melhores condições que salvaguardem trabalhos de continuidade, ajustados às necessidades e às realidades de cada cidadão com deficiência. Contudo, isso implica, também, segundo Jorge Falcato (o primeiro deputado com deficiência, neste caso motora, eleito em Portugal na Assembleia da República, em 2015), que tenhamos que ter a consciência de que é, absolutamente, necessário redefinir o próprio conceito de *deficiência*, definido pela sociedade médica, apenas, como uma manobra que não salvaguarda, devidamente, os direitos dos cidadãos com deficiência, uma vez que o que está subjacente é a interpretação de uma doença, de uma pura anomalia de um órgão ou de uma (des)função vital do corpo. No fundo, de uma patologia grave à espera de uma cura que não tardará, e a quem não resta, senão, esperar. Ora, o que Jorge Falcato, inúmeras vezes, tem vindo a referir nos seus discursos, em Assembleia da República, é que é, absolutamente, necessário pôr em causa esse mesmo modelo médico que integra, apenas, essa atitude passiva, própria de quem espera uma cura para todos os males. Uma cura, que ora é rotulada de oprimida, por uns, ora é rotulada de marginal, por outros. Para o mencionado deputado, e para que ocorra uma expressiva transformação *inclusiva* é fundamental que passemos à efetiva socialização, numa nova construção social, decorrente, não de *chavões* limitativos, mas sim da perceção de que é necessário sair de tais *cenários* de segregação a que estão sujeitos e excluídos, de diversos processos de socialização, os cidadãos com deficiência, e agir, verdadeiramente, em sociedade.

É, portanto, urgente para a real transformação e (re)construção social, que os modelos práticos a aplicar passem por uma maior consciência de grupo, mas também por uma maior consciência social, e ético-profissional dos direitos e dos deveres que cada cidadão, com e sem deficiência, poderá procurar estimular e desenvolver em sociedade. Pois é através destas diferenciadas consciencializações de poder e autonomia, para transformar e agir de modo diferente, que se poderá, efetivamente, sair de uma condição de segregação que reproduz modelos sociais

meramente assistencialistas, e que são, no fundo, o fenómeno dessa mesma opressão, e partir para uma condição maior.

Estas são realidades que, no plano diário, têm como consequência inúmeras resistências, sendo a exclusão de uma parte da sociedade à margem, oprimida e excluída dos mais diversos processos de socialização, a mais evidente constatação de que as barreiras físicas não serão, apenas, os únicos artifícios para uma gestão *danosa* de uma nova reconfiguração e reconstrução social, que passe, ao invés, pela necessidade de uma nova atitude, a que a todos nós obriga e implica *revolucionar*.

Estima-se, segundo o relatório do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos e no que respeita apenas ao ensino superior, que “(...) para além da Portaria I97-B/2015 que estabelece um contingente especial de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência física ou sensorial de 2% ou 2 vagas por cada instituição/curso (cf. Artigo 10.º, alínea e), e da Lei que proíbe a discriminação em razão da deficiência (Lei n.º 46/2006), incluindo na educação, não existe ainda legislação que afirme explicitamente a obrigação de providenciar adaptações razoáveis a estes e estas estudantes, muito embora a Lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto, que estabelece as bases de financiamento do ensino superior afirme que “devem ser considerados apoios específicos a conceder a estudantes portadores de deficiência” (cf. Artigo 20.º).”, (PINTO, 2017). À luz da legislação nacional, o direito à educação, consagrado no artigo 24.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “(...) promove um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida (...)” dos cidadãos com deficiência e deverá assegurar o “(...) desenvolvimento do potencial humano, dos talentos e criatividade (...) de modo a permitir-lhes uma participação efetiva e plena na sociedade.”, (PINTO, 2017).

Contudo, muito trabalho está, ainda, por realizar. Acreditamos, porém, que todo e qualquer passo, que permita desenvolver a reflexão conjunta, baseando-se em práticas pedagógicas ativas, possa contribuir, de algum modo, para o despertar de consciências, uma vez que as obrigações do Estado, e a centralidade da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, não bastam. Apesar do muito trabalho que temos pela frente pretendemos continuar numa atitude pró-humana e proactiva, uma vez que são estes os valores e as atitudes que poderão contribuir, gradualmente, para a transformação, a cada novo passo, de uma nova possibilidade, a de uma sociedade mais preparada, e democraticamente inclusiva.

Sendo que, no saber se faz e no acreditar se constrói, o longo processo da formação de um indivíduo é permanente e os processos educativos, ao se estabelecerem no social, devem ocorrer, também, em espaços além-escola. Acreditamos que, promovendo ações que privilegiem a igualdade de oportunidades, a partir da diferença, dentro e fora da comunidade académica, se consiga promover, igualmente, novas construções mentais, que partilhem o respeito e sensibilidade mútuos, para o crescer de uma sociedade imbuída de uma visão mais consciente da diversidade e do (des)equilíbrio humano.

RuteMarchantePardal
Serviço Dinamização Cultural Biblioteca Geral UÉ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | *de pequenino se torce o pepino*

- ACESSO CULTURA**, Associação Cultural (2018). *Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural. Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal*. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <https://acessocultura.org/relatorio-alem-do-fisico/>
- ARENDR**, Hannah (ed.). (2001). *Sobre a revolução*. Relógio d'Água, Lisboa.
- ARTAUD**, Antonin (ed.). (2009). Carta Aberta... aos Poderes. Manifesto surrealista em defesa da libertação do espírito. Coleção: Textos Extraordinários. Edição: Padrões Culturais.
- BONANATE**, Luigi (2015). *Anarchia o Democrazia*. Carocco editore. Quality Paperbacks S.P.A. Roma.
- BOURDIEU**, Pierre (1966). *A Escola conservadora: as desigualdades sociais frente à escola e à cultura*. Revue Française de sociologie, Paris.
- BRANDÃO**, Carlos Rodrigues (1983). *O que é educação?* Editora Brasiliense, São Paulo.
- CENTRO DE MEMÓRIA, Documentação e Referência Itaú Cultural** (2007). *A imaginação é um valor para educar e aprender? Educação continuada para a formação do indivíduo e da coletividade. Espaços culturais: integrando esforços para educar ao longo da vida*. Observatório ITAÚ Cultural Revista nº24 | Arte, Cultura e Educação na América Latina. São Paulo. Disponível em: http://portalassets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/99743/OBS24_BOOK_ISSUU_AF.pdf
- DEBORD**, Guy (ed.). (2012). *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Afonso Monteiro e Francisco Alves. Antígona.
- FREIRE**, Paulo (2000). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra, São Paulo.
- GARCIA**, Pedro Solís (2016). *Cuerdas*. Grupo Editorial Bruño. Madrid
- HOBSBAWN**, Eric (ed.). (2014) *Tempos de rutura: cultura e sociedade no século XX*. Trad. Manuel Santos Marques. Divina Comédia, Lisboa.
- Holden**, John (2006) *Cultural value and the crisis of legitimacy*. Disponível em: <https://www.demos.co.uk/files/Culturalvalueweb.pdf>
- Holden**, John (2004). *Capturing cultural value*. Disponível em: http://www.maltwood.uvic.ca/cam/publications/other_publications/capturing_cultural_value.pdf
- Holden**, John (2010). *Culture and class*. Disponível em: <http://www.bluedrum.ie/documents/CultureAndClassStandard.pdf>
- KISIDA**, Brian, GREENE, Jay P., & BOWEN, Daniel H. (2014). Creating cultural consumers: The dynamics of cultural capital acquisition, *Sociology of Education*, American Sociological Association. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0038040714549076>
- LESSIG**, Lawrence (2004). *Cultura Livre*. Tradução Brasileira de Fábio Costa. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>
- LOSA**, Mário Vargas (2012). *A civilização do Espetáculo*. Quetzal Editores.
- LUSA**, Agência (2018). "Partidos criam estrutura para monitorizar direitos das pessoas com deficiência". *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/partidos-criam-estrutura-para-monitorizar-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-10021399.html>
- MANTOAN**, Maria Teresa Egler (2006). *Inclusão Escolar*. Summus Editorial. Coleção Pontos e Contra-Pontos. Disponível em: <http://www.gruposummus.com.br/indice/10999.pdf>
- MANGUEL**, Alberto (2011) *A cidade das Palavras*. Gradiva.
- MARTEL**, Frédéric (2012). *Cultura Mainstream: cómo nacen los fenómenos de masas*. Punto de Lectura. Coleção: Agroguias Mundi-Pren. España.

MATOS, António Coimbra de; **VARELA**, Raquel (2016). *Do Medo à Esperança*. Bertrand Editora.

MÉSZÁROS, István (2017). *A Teoria Da Alienação Em Marx*. Boitempo Editorial.

MILLER, Toby. Cidadania Cultural. Revista do programa de pós-graduação em ciências da comunicação da Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em <https://media.tobymiller.org/images/espanol/cidadaniacultural.pdf>

PEÇAS, Américo (2006). *Sérgio Niza: A construção de uma democracia na ação educativa*. Entrevista a Sérgio Niza conduzida por Américo Peças. In Revista Educação. Temas e problemas nº1 Que Rumos para a Educação?

PINTO, Paula Campos, **PINTO**, Teresa Janela (2017). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores do Direitos Humanos 2017*. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. Edição ISCS- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

SOUSA, J., **MOTA**, A., **DOLGNER**, J., **TEIXEIRA**, P., **FABELA**, S. (2015). *Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de Alunos com necessidades Educativas especiais: O caso dos Centros de Recursos para a Inclusão*. Direção Geral da Educação/Direção de Serviços de Educação Especial e de Apoios Socioeducativos. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/estudo_cri_mar2015.pdf

STEINER, George (1993). *No Castelo do Barba Azul. Algumas notas para a redefinição da cultura*. Relógio D'Água.

THIOLLENT, M. j. Antonin Artaud e a expressão de uma subjetividade dissidente. Revista pedagógica, chapecó, v. 18, n. 39, p. 93-110, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v18i39.3617>

VLACHOU, Maria (2018). "Haverá democracia política sem democracia cultural? O lugar das 'periferias' em Portugal", in Revista Observatório 24 | Arte, Cultura e Educação na América Latina, ITAÚ Cultural. São Paulo.

VLACHOU, Maria (2017). "A question of Relevance" In Story Magazine. Edited by Rebecca Lamoin. Queensland Performing Arts Centre magazine QPAC's, Austrália. Disponível em: https://issuu.com/qpacmarketing/docs/qpac_story_act_2_2017_fa_pages_lr

WILSON, Nick, **GROSS**, J., **BULL**, A. (2017). *Towards Cultural Democracy. Promoting cultural capabilities for everyone*. Kings College London. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/Cultural/culturalenquiries/Towards-cultural-democracy/Towards-Cultural-Democracy-2017-KCL.pdf>

WILLIAMS, Raymond (2011). *Cultura e Materialismo*. Fundação Editora da Unesp. Edição Brasileira. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2013/02/williams-raymond-cultura-e-materialismo.pdf>

WILLIAMS, Raymond (ed.).(2012). *Cultura e Sociedade*. Editora Vozes. Brasil